

## **A FAMÍLIA TRADICIONAL, O CASAMENTO E OS INTERESSES MATERIAIS À LUZ DE BOURDIEU**

Rodrigo do Prado Bittencourt<sup>1</sup>

### **RESUMO**

Bourdieu analisou o casamento na região de Béarn (FR), em uma pequena localidade urbana e sua respectiva zona rural. O matrimônio apresentava-se estritamente regulado por ditames tradicionais que visavam garantir a manutenção da propriedade, sua exploração adequada e, por conseguinte, o sustento da família. Com a crescente urbanização e a maior integração da economia local com a do resto do país, o sistema tradicional entra em crise e justamente os que eram por ele beneficiados tornam-se os mais prejudicados. O trabalho passa da esfera privada para a pública, deixando o seio da família para alojar-se na empresa capitalista. Isto conduz a um maior individualismo e ao enfraquecimento da família e da religião. Assiste-se, assim, ao fortalecimento do Estado e do nacionalismo, que esforçam-se para ocupar o vazio de poder por elas deixado, conquistando para si mais e mais poder.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Bourdieu. Família. Tradição. Urbanização. Economia.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Literatura Portuguesa pela Universidade de Coimbra, mestre em Teoria e História Literária pela UNICAMP e cientista social graduado na USP. E-mail: [rodrigodopradobittencourt@gmail.com](mailto:rodrigodopradobittencourt@gmail.com).

## INTRODUÇÃO

Em *Le bal des célibataires: crise de la société paysanne en Béarn* (2002), foram reunidos três artigos de Bourdieu sobre os matrimônios entre os moradores do campo em Béarn (FR). Os três textos foram escritos em diferentes décadas, contemplando parte do amadurecimento do autor e permitindo sua autocrítica com relação à obra já produzida. O primeiro, *Célibat et condition paysanne*, é de 1962; o segundo veio dez anos depois e recebeu o título de *Les stratégies matrimoniales dans le système de reproduction*; o terceiro, por fim, veio em 1989, com o título de *Reproduction interdite. La dimension symbolique de la domination économique*.

Nestes artigos, o sociólogo francês analisou como a condição campesina influenciava as escolhas matrimoniais dos moradores de Béarn. Assim, a partir da recolha de dados sobre os casamentos realizados na localidade e de entrevistas com os habitantes do campo e da pequena municipalidade ali presente (Pau), o pesquisador aponta padrões de transformação da realidade tradicional do estilo de vida campesino. Dentre as mudanças que Bourdieu constata, existe a dificuldade dos homens solteiros do campesinato em conseguir um casamento. As mulheres do campo tendem a casar-se com homens da cidade, mas as da cidade raramente procuram os homens do campo. Além disso, no processo de migração para a cidade, as mulheres tendem a ser as pioneiras, sendo maior o número de solteiras a emigrar do campo que o número de solteiros.

Bourdieu depara-se com rígidas regras tradicionais sendo subvertidas pelas transformações económicas e sociais que a alfabetização, o serviço militar e a melhoria das estradas e dos meios de transporte proporcionaram. As famílias que se obstinaram

em manter a tradição e o costume antigo – sintetizados no conceito de *habitus*, por Bourdieu – foram as que mais sofreram com as transformações, não conseguindo adaptar-se aos novos tempos e permanecendo como marginais em meio ao novo sistema social de exploração econômica e vida social. Assim, instituições tradicionais como o dote, a primogenitura, o casamento entre primogênitos e filhos menores, a preservação familiar da terra, o cuidado dos idosos no seio da família e a obediência irrestrita às ordens dos pais acabam por gerar jovens desajustados diante dos novos padrões sociais. Este desajuste faz com que eles fiquem em desvantagem na busca por casamentos. Muitos são os homens solteiros no Béarn pesquisado por Bourdieu. Eles vão a bailes e festas, mas não dançam com ninguém. Acanhados e inseguros, por se verem preteridos em relação aos homens da cidade e por já terem passado da idade tida como ideal para contrair núpcias, eles ficam a olhar os mais jovens dançarem, sem tomar iniciativa. Suas roupas antiquadas, suas mãos calejadas, suas peles crestadas pelo Sol e até mesmo o jeito de andar e de falar denunciam neles algo que já não tem o mesmo valor de antes: a condição de camponês. Aliás, dentro da nova economia simbólica, tudo que antes era valorizado e desejado tornou-se agora estigma e malefício.

Mesmo a terra, antes o valor máximo dentro da esfera econômica e social de uma sociedade voltada para a lavoura e a criação de animais, chega a significar desvantagem e maldição. Outrora reservada preferencialmente para o primogênito, a terra trazia-lhe uma vantagem em relação aos demais filhos. Esta vantagem tornou-se um obstáculo à liberdade do filho; um problema para quem, numa sociedade dinâmica, urbana e monetarizada, vê-se obrigado a permanecer atrelado à herança patriarcal, sem poder dela desfazer-se, tanto por razões econômicas quanto sociais. Ela já não gera mais riqueza, prestígio e poder, como antes. Agora é mais um peso, um fardo, que uma

benesse. São justamente os herdeiros da terra os que mais encontram dificuldades em adaptar-se aos novos tempos. São eles que se perceberão “incasáveis” (incapazes de conseguir uma esposa).

Daí o olhar desejoso em torno dos jovens a dançar; desejoso de também dançar e desejoso de flertar e conseguir uma esposa. O olhar deseja, mas o corpo permanece imóvel; os pés fixos no chão. Nenhuma atitude é tomada, pois estes homens sabem que não podem já casar-se. Alguns dentre eles ouviram diretamente de seus pais uma proibição expressa. A mulher, no interior das comunidades rurais tradicionais, é vista mais como um fardo e um incômodo do que como uma força produtiva. É uma boca a mais para se alimentar, mas não chega a ser um braço a mais para a lavoura. Isto, embora a mulher não se dedique apenas às atividades domésticas, mas ajude o homem em alguns afazeres do campo (é ela, por exemplo, que guia a junta de bois quando o homem está a arar a terra). Ainda assim, algumas famílias, sobretudo enquanto as matriarcas ainda vivem, proíbem seus herdeiros de casarem-se, temendo que a pouca renda que o campo proporciona não seja o bastante para todos.

Há ainda o esvaziamento do campo e das festas rurais tradicionais, que eram ocasião de encontro entre os jovens solteiros de ambos os gêneros e de início do flerte. Os bailes urbanos, com as novas danças da moda, são um mistério para o camponês, que não sabe neles como se comportar e como agir. A dificuldade de comunicação com as mulheres aumenta ainda mais pelo fato de que nem sempre o camponês fala bem o francês; muitas vezes, conhece apenas o bearnês (o dialeto local). Assim, o herdeiro, que tradicionalmente deve herdar a terra e fazê-la produzir, sem nunca deixar que ela passe para as mãos de alguém de fora da família, passa a invejar seus irmãos mais novos que, desprovidos de patrimônio, veem-se obrigados a emigrar para tentar a sorte em

outras paragens. O que antes era desvantagem passou, porém, a ser vantagem. Os filhos mais novos não têm a responsabilidade do mais velho: podem emigrar, em meio à intensa urbanização de um mundo em transformação, e ganhar mais dinheiro com menos esforço. Eles podem, além disso, encontrar uma esposa.

A terra não deixa de continuar a ser uma riqueza, mas o escambo, a produção caseira e artesanal de tudo que uma família necessita, deixou de ser uma realidade. Numa economia fortemente monetarizada, o salário do empregado pode significar uma qualidade de vida maior que o acúmulo sempre constante de capital para reinvestir na terra, em meio a uma vida de quase penúria. Além disso, ele passa a representar cada vez mais um ganho do ponto de vista social e simbólico, pois permite o gozo imediato dos prazeres desejados e permite a mobilidade geográfica e laboral. Trocar de emprego é algo interdito para o primogênito herdeiro, no entanto.

### **A família e a estrutura econômica**

Bourdieu aponta as motivações sociais que influenciam uma decisão que a ideologia dominante atribui apenas ao acaso e ao gosto pessoal. A escolha de uma pessoa com quem se casar é um fato social altamente regrado e institucionalizado. Não se trata de uma escolha aleatória. Assim, são poucos os casamentos que se dão entre pessoas de classes diferentes, de idades diferentes das padronizadas pela sociedade, de participação familiar ou da rede de amigos distintas do que deles se espera etc. Nas comunidades tradicionais, esta uniformidade tende a ser ainda maior. As regras para a participação da família na escolha e na avaliação de prospectivas noivas ou noivos são mais rígidas, já que um mau casamento pode significar uma ameaça financeira à existência de toda a família. As regras religiosas ou sociais são secundárias aí; elas

travestem o interesse mais profundo descortinado por Bourdieu: a manutenção econômica da célula produtiva da economia rural, organizada em torno dos laços familiares existentes entre seus membros. O casamento, portanto, é também influenciado por escolhas do âmbito das relações de produção. Ele é uma instituição que porta consigo elementos de caráter financeiro e econômico. Daí a existência do dote.

Segundo Bourdieu, o dote, ao menos no Béarn Francês, não se constitui como dever apenas da família da noiva; e não é pura e simplesmente uma dádiva gratuita. Ele implica em responsabilidade e prestação de contas por parte do marido, que poderá gozar do seu usufruto, mas não da sua posse. Assim, o dote deve ser devolvido, por exemplo, se um dos cônjuges morrer sem deixar filhos ou se a descendência se extinguir por completo. O recebimento de um grande dote vindo da família da noiva é, portanto, visto como um problema por dois motivos: ele pode ter de ser devolvido, e o marido poderá ter de levantar rapidamente uma grande soma, após ter gastado parte do que recebeu, o que colocaria a mulher como a verdadeira mandatária dentro do lar. Afinal, nas comunidades tradicionais descritas por Bourdieu, uma propriedade rural administrada por uma mulher é vista como uma desgraça, um malefício. Assim, o casamento ideal, na perspectiva androcêntrica, é aquele em que um homem é mais velho e mais rico que sua esposa. Por outro lado, um elemento que não chegou a constituir-se como uma regra, mas foi muito comum em Béarn no final da Primeira Guerra Mundial, consistiu no casamento do irmão mais novo com a viúva do primogênito: assim, evitava-se ter que devolver o dote, no caso do falecimento de um marido sem filhos, e mantinha-se a aliança com a família da viúva.

Deve-se lembrar que o dote não é dado apenas pela família da noiva, mas também pela do noivo. Ele pode vir a constituir-se de bens materiais, como a

propriedade em que o jovem casal residirá e que tende a ser a casa paterna do marido, se primogênito; pode também consistir em um valor pecuniário em moeda corrente. Num casamento tido como ideal pelas regras sociais vigentes neste sistema, o primogênito casa com uma filha mais jovem, trazendo consigo a terra a ser explorada e a casa onde residirão; enquanto a esposa porta como dote um valor monetário proporcional ao valor destes bens proporcionados pelo marido, mas não superior. O casamento entre um filho mais novo e uma primogênita também pode ser visto como benéfico, uma vez que ele tenha um dinheiro a ser usado como dote equivalente à fazenda de sua noiva. Este casamento não é de todo benéfico para ambas as partes, entretanto, pois institui como novo chefe da casa da família da noiva um homem que não pertence à sua linhagem. Ele só tende a ocorrer na ausência de um filho homem que possa fazer o papel de primogênito. Chega-se aqui num ponto importante: a primogenitura é uma prerrogativa social e não natural. O primogênito levado em consideração não é o primeiro filho da família, mas o primeiro filho homem. Além disso, mesmo este pode ter sua primogenitura revogada por seus pais caso emigre, abandonando a terra, ou mesmo em prol de um irmão que seja mais apreciado pelos progenitores, embora este seja um caso excepcional.

Assim, há casamentos mais desejados e menos desejados. Mesmo o casamento entre dois primogênitos não era bem visto, a não ser que fossem vizinhos fronteiriços. Neste caso, as duas fazendas poderiam ser unificadas, trazendo consideráveis vantagens. Se as terras não estivessem uma ao lado da outra, porém, este casamento era visto como indesejável, pois o homem teria que administrar duas propriedades e não seria capaz de fazê-lo bem. Já o casamento entre dois descendentes não primogênitos era tido como o pior de todos: nenhum deles teria considerável dinheiro ou propriedade. Isto porque, no

Béarn (diferentemente da Inglaterra, onde o primogênito herdava tudo para si), todos os filhos recebiam parte da herança, mas a parte maior cabia ao primogênito. Ele recebia a mesma parte que todos os filhos recebem da herança, mas a isso se acrescentava  $\frac{1}{4}$  (um quarto) do seu valor total - o que deixava os mais novos, muitas vezes, na posição de empregados de seus irmãos mais velhos (em alguns casos, por toda uma vida). Segundo testemunhos de moradores locais sobre o tratamento que recebiam, o filho mais novo que trabalhava para o primogênito tinha uma vida ainda mais dura que a de um criado.

Estes irmãos mais novos, no auge do sistema tradicional, tinham dificuldade em casar-se devido à sua má condição financeira. Graças a isso, muitos emigravam. Quando a emigração passou a ser mais vantajosa que a permanência na terra natal, contudo, eles passaram a estar em vantagem. Há que se atentar, entretanto, que esta divisão tradicional variava muito, podendo os pais alterá-la a seu bel prazer. Além disso, a herança só era distribuída aos filhos e filhas nubentes. Os solteiros e solteiras tinham sua parte do patrimônio retida por quem o administrava, fosse o patriarca ou o primogênito.

O dote dos irmãos mais novos devia ser pago pelo primogênito, se ele ficasse com a posse de toda a terra da família. Ele poderia parcelar este pagamento ao longo dos anos até o falecimento dos pais. Quando um dos irmãos mais novos se casava, porém, tinha o direito a receber seu dote imediatamente; e, se o primogênito não tivesse dinheiro para tanto, dividia-se a terra. Tratava-se de um recurso a todos prejudicial e que se buscava sempre evitar. Afinal, a constituição de minifúndios inviáveis para a exploração agrícola era um dos males que as regras envolvendo o casamento e a herança procuravam justamente afastar. Assim, o primogênito buscava uma esposa com um dote grande o suficiente para que ele pudesse usá-lo em pagamento dos dotes de



seus irmãos, sem ter que dividir a propriedade. Assim, ele ficava numa difícil posição, sem poder se casar com uma mulher com um dote grande demais, mas também sem poder casar com uma que fosse pobre a ponto de seu dote não bastar para que ele pudesse pagar a seus irmãos.

Talvez o mais interessante à pesquisa de Bourdieu é o fato de que, dialeticamente, os que antes eram beneficiados pelo sistema tradicional passam agora a ser os mais prejudicados. Assim, os primogênitos, muitas vezes, já não conseguem casar-se e constituem a maioria dentre os celibatários, pois casar-se com eles significa prender-se à terra e à vida no campo. Já os filhos mais jovens são os mais livres para emigrar e aproveitar a riqueza advinda da rápida urbanização; são mesmo incentivados a fazê-lo, dentro das influências da antiga ordem tradicional.

Alguns fatores explicam o abandono do campo por parte das mulheres. Dentre eles, os principais são os fatos de que elas acabam por terem uma escolaridade maior e, portanto, um contato maior com a realidade existente além dos limites de sua localidade, além de uma compreensão melhor desta realidade exterior. Além disso, elas podem encontrar nas cidades um ambiente com maior igualdade de gênero, já que suas opiniões e vontades, que pouco importavam no domínio da vida rural tradicional, podiam ser acolhidas com uma aceitação algo maior numa comunidade urbana. Há também que considerar que a vida do camponês é dura e agora desvalorizada socialmente; tendem a abandoná-la todos os que podem, a começar pelos que menos laços têm a ligá-los com a terra. Ora, os laços que ligam os homens à terra são muito mais fortes que os que ligam as mulheres; isto antes era uma vantagem para o gênero masculino, mas tornou-se uma desvantagem, com as transformações geradas pela urbanização e a maior integração econômica com o resto do país. Por fim, há que se

considerar que as mulheres encontram mais facilidade para encontrar empregos no ambiente urbano que os homens.

Bourdieu pouco comenta este último fator, apenas citando-o, mas não é difícil entender a razão desta facilidade de inserção no mercado de trabalho urbano. Para que servirá no meio urbano o conhecimento de um agricultor sobre como realizar seu trabalho? Talvez para um trabalho como jardineiro, mas não muito mais do que isso. De que serviriam os conhecimentos de um pecuarista para os trabalhos característicos do meio urbano? Para quase nada. Quanto às mulheres, elas vão para as cidades realizar, em larga medida, trabalhos que são exatamente iguais aos que já realizavam no campo; trabalharão como empregadas domésticas, como cozinheiras, arrumadeiras, lavadeiras, faxineiras... Trabalharão com serviços que já sabem fazer e que as moças nascidas na cidade já não querem mais para si. Além disso, estes trabalhos são considerados leves e fáceis para elas, uma vez que no campo as mesmas atividades se tornam mais difíceis, por falta de estrutura sanitária e de abastecimento de água, energia elétrica, redes de serviços e produtos que facilitam a execução do trabalho. Assim, lavar roupas, por exemplo, torna-se mais fácil na cidade, onde o sabão é comprado, ao invés de ser feito em casa, e onde não é mais necessário ir até o rio para dispor de água corrente para a lavagem. A estrutura urbana dispensa os conhecimentos e práticas masculinas, mas facilita o trabalho socialmente reconhecido como feminino.

Na sociedade tradicional bearnesa, mesmo um homem “feio”, bruto, grosseiro e com outras características que fariam dele um mau partido casava-se, e podia mesmo casar com uma das mulheres mais desejadas e mais ricas, graças à interferência das famílias na escolha do cônjuge de seus filhos. O cálculo econômico e a valorização das qualidades importantes para o mundo camponês (parcimônia, honestidade, dedicação,

habilidade no trabalho etc.) sobrepunham-se às qualidades que passaram a ser valorizadas mediante a maior interação com o meio urbano, a escola, os meios de comunicação de massa e outras regiões do país: gentileza, simpatia, beleza, cordialidade, elegância etc.

A conquista de maior independência financeira e a desvalorização do campo com relação à cidade, tanto no que se refere ao trabalho como no que diz respeito aos bens simbólicos, acabaram por levar as mulheres a uma posição de relativização dos valores tradicionais levados em consideração na escolha do cônjuge e, sobretudo, a um novo modo de viver a relação a dois durante o próprio casamento. Sentimento e amor passam a ser muito mais importantes no discurso em torno do matrimônio do que eram antes. O que não exclui a influência social nesta vivência, mas apenas a modifica. Vive-se a partir de então um “mercado matrimonial” anômico. Ou seja, a anomia passa a imperar nas relações que envolvem a escolha do potencial cônjuge, o flerte e o casamento. Não há um *nomos* definido a gerir as práticas em todos os detalhes, mas esta anomia também é social, e renunciar a ela para adotar um dado conjunto de regras exteriores às do campo é visto como ilegítimo e socialmente inaceitável. Tão inaceitável quanto antes era a renúncia ao *nomos* tradicional em prol de valores que então pareciam os únicos válidos e “naturais”.

### **Transformações no trabalho familiar**

Ao se investigar estas transformações sociais e como elas levaram a esta mudança no “mercado matrimonial” bearnês altamente regulado pela matriz de pensamento tradicional, deve-se ter em mente as várias facetas da “modernização” que abole as antigas relações conjugais. Esta abolição pode ser mais bem compreendida se

recorrermos também a um texto da pesquisadora portuguesa Irene Vaquinhas (2001) sobre a vida privada em seu país no século XIX. É bem verdade que deve-se tomar cuidado com aproximações exageradas, pois trata-se de épocas e locais distintos. Ainda assim, as descrições que estes dois autores fazem das sociedades por eles estudadas permitem antever consideráveis semelhanças entre elas. O Béarn estava, ainda na época em que foi revisitado por Bourdieu, longe de ser comparável às regiões francesas de economia mais dinâmica, o que facilita a comparação.

Vaquinhas (2001) ressalta o caráter familiar da organização do trabalho na parte da sociedade portuguesa que ainda vive sob os moldes tradicionais. Deste modo, o coletivismo da família, que obrigava o indivíduo a submeter-se às regras determinadas pelo grupo, existia em função de um coletivismo econômico, como sempre indicou Bourdieu. Diferentemente do autor francês, ela tem como foco a distinção entre o público e o privado; e, para descrever esta tênue fronteira, demonstra como as atividades laborais, que nas sociedades tradicionais ainda se ligam à esfera privada, passam a constituir um domínio quase que exclusivamente da esfera pública.

Ao longo do período que se estende de 1820 a 1950, a noção de vida privada vai-se modificando [...] É, no entanto, no quadro da família que ocorrem as modificações mais significativas. Tendo começado por se afirmar como um espaço fechado, um refúgio separado do mundo exterior, progressivamente vai-se autonomizando, no seu seio, uma vida privada pessoal que não se confunde nem se identifica com a vida familiar. Trata-se de um processo de privatização que acompanha o fortalecimento do Estado e da urbanização e que ocorre, em estreito paralelismo, com a progressiva separação do trabalho relativamente ao espaço doméstico e a sua incorporação na esfera pública, ao mesmo tempo que se desenvolvem as grandes estruturas de produção, se extinguem indústrias domiciliárias e se generaliza o trabalho assalariado (VAQUINHAS, 2001, 19).

Assim, a transformação dos espaços público e privado afeta também o trabalho e as relações familiares. Enquanto as relações econômicas eram estabelecidas predominantemente em meio à vida privada e a unidade familiar constituía-se na unidade econômica essencial daquela sociedade, os matrimônios foram pautados por rígidas regras tradicionais que visavam garantir o bom desempenho econômico de toda esta unidade econômica básica. A partir do momento em que o trabalho deixa de ser um assunto privado para integrar-se à vida pública e a separação entre público e privado fica cada vez maior e mais nítida, o casamento vai deixando de ser regido por regras que são essencialmente privadas. A empresa capitalista toma o lugar da família e passa a ser a unidade econômica básica. Com isso, a família deixa de ser a esfera coletiva privilegiada a intermediar as relações públicas e privadas; perdendo lugar para o Estado.

Quando a vida econômica depende mais das relações estabelecidas com “estranhos” do que com familiares; quando os interesses da empresa se sobrepõem aos familiares, ordenando a rotina do trabalhador de modo independente de sua vida íntima, a família perde poder. Assim, as regras matrimoniais deixam de ser tão rígidas e, sobretudo, deixam de ser tão fortes. A anomia é instituída porque ela é o estado normal do campo econômico capitalista, que agora passa a ser o principal condicionante da vida social.

Se as mulheres, condenadas à vida privada em meio à sociedade tradicional, eram o esteio da vida familiar, serão elas as mais afetadas por seu declínio; serão aquelas cuja situação mais irá mudar diante do novo modelo social. A dialética hegeliana parece ser plenamente aplicada aqui: os maiores beneficiados pelo sistema tradicional – os primogênitos masculinos – são agora os que se encontram em pior situação, amarrados a um barco que está prestes a soçobrar. Os mais prejudicados, os

que menos poder tinham no sistema tradicional – mulheres e filhos caçulas – são os mais livres para abandonar o barco e evitar serem vítimas do naufrágio. Eles são os que mais têm estímulo para fazê-lo, já que na antiga ordem, pouco valiam.

Assim, o triunfo da empresa capitalista em detrimento da economia familiar acaba por conduzir a um individualismo que faz da família não mais um todo uno e indiviso, mas que coloca o indivíduo como dono de seu próprio destino e capaz – agora, economicamente capaz – de desafiar os membros mais velhos de seu clã, antes tidos como senhores de sua vida. Para isso, no entanto, foram necessárias gigantescas transformações econômicas e sociais, integrando à economia nacional, ou mesmo mundial, regiões antes isoladas do resto do mundo. Uma intensa melhoria nos transportes, o aumento da segurança nas estradas contra roubos e outros crimes, a criação de uma economia monetarizada – sem isso a integração econômica seria impossível. Bourdieu traz vários relatos sobre como no Béarn ainda tradicional existia uma grande escassez de dinheiro – a crescente urbanização, a concentração de capital, a existência de experiências que permitiam conhecer locais distantes (como o serviço militar) e a presença de um poder estatal cada vez mais centralizado e mais forte foram fatores primordiais para a desagregação dos moldes tradicionais de vida social.

A constituição de uma rede de hospitais, escolas e outros serviços prestados pelo Estado, ainda que longe de suficientes para toda a população que deles necessitava, também foi de suma importância para o distanciamento com relação à família. Esta, antes, era a responsável, juntamente com a Igreja, por prover e controlar todos os cuidados essenciais de que alguém podia necessitar, do nascimento à mortalha. A partir do momento em que o Estado vai conseguindo secularizar estas ações, antes totalmente religiosas, vai conseguindo também tornar público algo antes pertencente à esfera

privada. Com isso, vai conquistando poder diante da Igreja e da família e aprofundando a individualização. Esta rede de assistência e intervenção do Estado, entretanto, foi durante muito tempo exclusivamente urbana, fenômeno que contribuía para intensificar ainda mais a atração que a cidade exercia sobre o campo. A cidade era o local do progresso, da civilização e da qualidade de vida. Mesmo com seus bolsões de miséria, ela representava, no imaginário do camponês, um local de vantagens e possibilidades; e, segundo alguns historiadores, ela de fato conseguia apresentar um avanço com relação às condições sociais do campo:

Sem dúvida a verdadeira pobreza era pior no campo, e especialmente entre os trabalhadores assalariados que não possuíam propriedades, os trabalhadores rurais domésticos, e, é claro, entre os camponeses pobres ou entre os que viviam da terra infértil (HOBSBAWN, 1979, 226).

Para estes, a força e a influência da família duraram mais tempo. Para as regiões mais pobres do país e mais distantes dos grandes centros de poder político e econômico, como o Béarn na França, a duração da sociedade tradicional também foi mais longa. Isto não por uma questão de mera ideologia ou religiosidade, mas de estrutura econômica e social. Bourdieu é claro neste ponto, ao demonstrar que o casamento cumpre uma função econômica essencial para as transações do modelo de sociedade que ainda vigorava no Béarn do começo do século XX. Quando esta economia entra em desagregação diante da empresa impessoal e burocrática capitalista, também as concepções sociais se desestruturam.

## **Nacionalismo e nacionalidade**

Diante do enfraquecimento da família, abre-se espaço para a emergência de outra coletividade de conotação fortemente emocional e pretensamente tradicional: a nação. Hobsbawn (2003) e Anderson (1993), como outros autores, apontam os séculos XVIII e XIX como o período característico da consolidação da ideia de nacionalidade e de nação. Foi preciso enfraquecer a família para consolidar a posição do Estado, e o nacionalismo passa a exercer o papel de elo de união ideológico dentro da sociedade, um tanto como a religião servia de cimento para unir os membros de uma mesma família. Pelo menos, é o que as classes dominantes tentarão fazer com que aconteça. Tem-se, assim, um apelo sentimental a acompanhar uma necessidade racional impingida por uma nova relação econômica. E esta carga emotiva consegue fazer efeito: não será sem alegria que muitos soldados partirão para a morte, no despojar da Primeira Guerra Mundial.

Se é fácil perceber o como o nacionalismo atende aos interesses dominantes de uma elite burguesa que não tem apego a nenhuma nação, mas tão somente ao dinheiro (transnacional por natureza); se não é difícil perceber o conteúdo alienante do apego nacionalista e de sua capacidade de dividir os explorados, como Engels e Marx (1998) já demonstraram, não se pode esquecer dos aspectos econômicos que estavam envolvidos nas relações familiares da sociedade tradicional. Não que todos os aspectos e interesses da união familiar tenham sido suprimidos, mas hoje já não têm tanta importância para as relações produtivas e, portanto, as relações produtivas também perderam algo de sua importância para ela. A família, hoje, é vista pela ideologia como lugar de puro amor e abnegação, o que mascara os interesses econômicos que nela existem, mas de fato corresponde a uma sensível transformação com relação à época em



que a família era, mais do que qualquer outra coisa, o lugar do dever e da responsabilidade.

Livros como *Padre padrone. L'educazione di un pastore*, de Gavino Ledda, passam a ser o testemunho de uma época que passou, pois a família já pouca utilidade econômica tem. O patrão agora é outro, um estranho qualquer ou o próprio Estado. Há até mesmo uma hipótese a ser levantada: a diminuição da violência no seio da família, especialmente da violência para com as crianças e adolescentes, não estaria ligada mais à perda de importância econômica do núcleo familiar enquanto unidade produtiva e menos a uma conscientização maior com relação às peculiaridades da infância e à fragilidade das crianças? É bem possível que sim. Afinal, a família passa a ser vista apenas como espaço de consumo e não mais de produção, deixando de ser a célula básica reguladora das relações materiais.

Será o Estado, agora, o regulador das trocas entre os entes econômicos organizados em produtores de mercadoria e subordinados – ainda que trabalhem sozinhos e sejam independentes financeiramente – à forma empresa. Assim, o nacionalismo vem “azeitar” as engrenagens do capitalismo, dirimindo dúvidas, implantando certezas e promovendo devoções – alienando, enfim –, assim como a religião tornava mais fácil o domínio paterno no interior das relações econômicas familiares e comunitárias.

O sucesso do nacionalismo foi estrondoso. Que ele tenha conseguido obliterar o nascimento da ideia de nação, fazendo com que pareça antigo e imemorial algo que é apenas recente, demonstra seu poder. O fato de conseguir parecer uma tradição, quando ela é em larga medida uma novidade, é prova de que veio a penetrar fortemente a consciência coletiva das sociedades ocidentais e impor-se como um fato. Ainda que as

duas guerras mundiais e diversos tipos de extremismos a ele ligados tenham mostrado a face sombria do nacionalismo, é inegável que ele ainda subsiste fortemente como base de existência e organização política. O mundo divide-se em nações, os poderes políticos que as controlam são Estados Nacionais. A criação ou não de um novo Estado Nacional, bem como sua incorporação no seio de outro, como se viu recentemente com o caso da Crimeia, dependem de argumentos que se baseiam no princípio da nacionalidade, segundo o qual cada nacionalidade tem direito a uma existência política em meio à comunidade das nações; ou seja, tem direito a um Estado, dentro da obediência ao princípio da autodeterminação dos povos.

## **CONCLUSÃO**

Assim, o Estado conseguiu vencer – e vencer bem – sua rival na esfera de controle sobre os indivíduos: a família. Que ela hoje seja vista apenas como um assunto privado é fruto de uma série de transformações econômicas que colocaram em xeque a sociedade tradicional, como bem mostrou Bourdieu, e mudaram não apenas as relações entre pais e filhos como as relações entre os gêneros. Tais transformações não ocorreram sem o patrocínio e o interesse da classe burguesa dominante, que ansiava por integrar toda a economia do território sob seu controle, explorando regiões ainda isoladas e autossuficientes.

Esta expansão capitalista em direção ao interior dos países, às áreas mais longínquas e remotas, aumentou o mercado consumidor e forneceu mais mão de obra pauperizada e dócil. Não apenas vantagens puramente econômicas poderiam ser conquistadas a partir desta integração maior: ao Estado ela também interessava, pois

consolidava seu poder sobre todo o território nominalmente seu, aumentava sua arrecadação e fornecia-lhe soldados para suas guerras e empreendimentos coloniais.

O nacionalismo surge então para cumprir uma função ideológica dentro da superestrutura. Ele ocupa o lugar da emotividade e da irracionalidade que os empreendimentos capitalistas já não podem comportar. Impondo-se como uma tradição, o nacionalismo permite certa continuidade com o estilo de vida tradicional, sem que a ruptura seja muito intensa de modo a causar anomia. Assim, o véu da dominação que o capitalismo rasga, pelas mãos da burguesia (ENGELS; MARX, 1998), não se afigura como uma quebra de rotina insuportável, uma mudança forte demais para ser aceita; ainda que a histórica frase do *Manifesto Comunista* possa sugerir-lo. O próprio Marx (2007) trabalhou, porém, conceitos como “alienação”, “superestrutura” e “ideologia”, que demonstram que tal véu não se rasgou totalmente ou, que ainda que tenha se rasgado, este fato não foi o suficiente para acabar com as ilusões que mascaram a vida social e permitem a continuidade da desigualdade.

O que a família e sua regulação da vida de seus membros – que se faz sentir sobretudo no que diz respeito ao casamento – tem a ver com tudo isso? Qual a sua relação com a alta política e a ordem capitalista e burguesa? Ora, Bourdieu demonstrou muito bem o lado político, ideológico e econômico das relações familiares, sobretudo nas sociedades tradicionais ainda, de certo modo, pré-capitalistas. Se estes aspectos da entidade familiar parecem ter se perdido ou atenuado, é porque ela foi vencida na disputa de poder com outros modelos de agrupamento social, como a empresa e o Estado. Ela já foi, entretanto, assunto de alta política e não deixou de sê-lo em muitos aspectos, sobretudo quando é transformada em estandarte de luta por grupos reacionários, ligados sobretudo a setores religiosos. Esta reminiscência demonstra o

quanto religião e família já foram mutuamente dependentes e mutuamente necessários para exploração do trabalho. Hoje, pouco subsiste, pois os tempos mudaram. O que não impede que a História se repita como farsa, como já afirmou Marx (2011).

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, B. 1993. Comunidades Imaginadas. Ciudad de Mexico: Fondo de Cultura Económica.

BOURDIEU, P. 2002. Le bal des célibataires: crise de la société paysanne en Béarn. Paris: Éditions du Seuil.

ENGELS, F.; MARX, K. 1998. Manifesto Comunista. 1ª Edição. São Paulo: Boitempo Editorial.

HOBBSBAWM, E. 1979. A era das revoluções: Europa 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

HOBBSBAWN, E. 2003. A era dos Impérios. 1875-1914. 8ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

LEDDA, G. 2003. Padre padrone. L'educazione di un pastore. Nuoro: Il Maestrale.

MARX, K. 1999. El Capital: Crítica de la Economía Política. Vol. I. México: FCE.

MARX, K. 2011. O 18 de Brumário de Luís Bonaparte. 1ª Edição. São Paulo: Boitempo Editorial.

MARX, K. 2007. A Ideologia Alemã. 1ª Edição. São Paulo: Boitempo Editorial.

VAQUINHAS, I. 2001. A época contemporânea – Introdução. In: Vaquinhas, I. (coord.). História da vida privada em Portugal. Época Contemporânea. Direcção de José Mattoso. Círculo de leitores/Temas e debates. p. 6-20.

## **TRADITIONAL FAMILY, MARRIAGE AND MATERIAL INTERESTS IN THE LIGHT OF BOURDIEU**

### **ABSTRACT**

Bourdieu has analyzed marriage in the area of Béarn (FR), in a small urban locality and its respective rural area. Marriage was strictly regulated by traditional dictates that aimed at ensuring property, its proper management, and thus the family livelihood. With increasing urbanization and a growing integration of the local economy with that of the rest of the country, the traditional system faces a crisis, and precisely those who had previously benefited from it become the most harmed. Labor goes from the private into the public sphere, leaving the family so as to be lodged in capitalist enterprise. This leads to greater individualism and to the weakening of family and religion. There occurs, thus, a strengthening of the state and nationalism, which struggle to fill the power vacuum family and religion leave behind, and thus gain more and more power for themselves.

### **KEYWORDS**

Bourdieu. Family. Tradition. Urbanization. Economy.